

JARU

Prefeitura disponibiliza Implanon gratuitamente para mulheres com idade entre 14 a 49 anos

Foto: AP/Merck, File/Divulgação



Para ter acesso ao método contraceptivo, é necessário se dirigir à unidade básica de saúde (UBS) mais próxima

(Da Redação) A Prefeitura de Jaru, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa), disponibiliza de forma gratuita a inserção do Implanon, anticoncepcional com até três anos de duração e eficácia de mais de 99%.

O Implanon pode ser utilizado por mulheres com idade entre 14 a 49 anos. Para ter acesso ao método contraceptivo, é necessário se dirigir à unidade básica de saúde (UBS) mais próxima, comunicar a equipe de atendimento sobre o interesse em utilizar o medicamento e seguir as instruções repassadas pelos profissionais.

O prefeito Jever-

son Lima (MDB) explicou que as mulheres interessadas nesse método de contracepção devem ir até uma UBS e entrar no sistema de agendamento, pois os implantes são adquiridos conforme a

demanda de pacientes. A secretária municipal de Saúde, Jaíne Barboza, afirmou que existem algumas regras para a ordem de inserção. “É importante lembrar que adolescentes e mulheres em situação

de vulnerabilidade social têm prioridade na ordem de aplicação, mas todas que procurarem o sistema de saúde serão atendidas”, frisou. Com informações da Assessoria de Comunicação.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE TEIXEIRÓPOLIS

DECRETO Nº 25/2026, de 26 de Janeiro de 2026.

Reabertura de crédito adicional especial, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de TEIXEIRÓPOLIS e autorização contida na Lei Municipal nº 1321/2025, de 12 de Setembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 13.658,50, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.002.10.301.11.2038.3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

R\$13.658,50

1.600.0000.0000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO 13.658,50

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de: Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R\$13.658,50

2.600.0000.0000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS 13.658,50

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 26 de Janeiro de 2026.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE TEIXEIRÓPOLIS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº 00010.05.01-2026
CREDENCIAMENTO 006/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 00010.05.01-2026

Interessado: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo - SEMECT

Assunto: Inexigibilidade de Licitação - Fornecimento de Energia Elétrica

À vista do que consta no Processo Administrativo nº 00010.05.01-2026, e com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Parecer Jurídico nº 12/PJM/2026, que opinou pela regularidade e legalidade do procedimento, HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação destinada à contratação da concessionária Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A., responsável pelo fornecimento e distribuição de energia elétrica às unidades consumidoras vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo - SEMECT, para o exercício de 2026.

O valor global estimado da contratação é de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), valor este ajustado em razão da desativação da Escola Tarsila do Amaral, unidade consumidora nº 20/611165-2, refletindo de forma mais fiel a realidade atual do consumo, sem prejuízo ao atendimento das demais unidades contempladas.

Determina-se, após esta homologação, a adoção das providências administrativas necessárias à formalização da contratação, nos termos da legislação vigente

VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 216.000,00 (Duzentos e Dezesseis Mil Reais).

OSMY TOLEDO DE SOUZA
PREFEITO



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacaranda, 100

CEP: 76348-000

Castanheiras - Rondônia

CNPJ: 03.701.969/0001-03

castanheiras@castanheiras.ro.gov.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 016/GAB.2.026, DE 26 DE JANEIRO DE 2.026.

“DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA VALDELICIA GODIN SOARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Castanheiras/RO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Castanheiras/RO.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspenso as férias da servidora VALDELICIA GODIN SOARES, matrícula nº 874, do período de 05/01/2026 a 04/02/2026 lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, haja vista, a necessidade dos serviços da mesma, conforme solicitado pela Secretária Municipal de Educação e Cultura - SEMEC.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheiras/RO, 26 de janeiro de 2.026.

CICERO APARECIDO Assinado de forma digital
GODOI:32546963287 por CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito



AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2025

Tratam-se os autos de processo licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica de nº 007/2025, Processo Administrativo nº 2074/SEMOSP/2025, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS NO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO.

Após justificativa do Setor de Compras e Licitações (https://drive.google.com/file/d/1R1HYDjSMcWO0w_rzEO5TPMugYfSsk/view?usp=sharing), ante do exposto e justificado, DETERMINO o CANCELAMENTO do processo Licitatório na Modalidade Concorrência Eletrônica nº 007/2025, pelas razões e fundamentos apontados.

Vale do Paraíso/RO, 26 de janeiro de 2026.

WANDERLEY FERREIRA BARBOSA
Secretário Municipal

CHARLES LUÍS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Av. Paraíso, 2601 - Centro - Vale do Paraíso/RO CEP: 76.923-000
Contato: (69) 3464-1005 - Site: www.valedoparaiso.ro.gov.br
CNPJ: 63.786.990/0001-55
E-mail: ouvidoria@valedoparaiso.ro.gov.br



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2134/2026

“DISPÕE SOBRE A CÉDENCIA DA SERVIDORA EDVANIA DA SILVA PARA O GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o ofício nº 15192/2025/GOV-RED, do Governo do Estado de Rondônia, que solicita a cedência da referida servidora para exercer suas atividades laborativas na Secretaria de Estado da Educação - SEDUC;

DECRETA:

Art. 1º Fica cedida a servidora EDVANIA DA SILVA, matrícula nº 1396, ocupante do cargo de Professora de Língua Portuguesa, contrato de 20h semanais, pertencente ao quadro de servidores desta Prefeitura, para o desenvolvimento de suas atividades laborativas na Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.

Art. 2º A presente cedência terá vigência no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogada a qualquer tempo, mediante manifestação expressa das partes interessadas.

Art. 3º A presente cedência se dará com ônus para o órgão cessionário, mediante reembolso mensal ao cedente, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto n. 29.707, de 26 de novembro de 2024.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de caráter retroativo a partir de 1º de janeiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 26 de janeiro de 2026.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
PREFEITO

DOCUMENTO EXTRAVIADO

O sr. **Valdecir Gonçalves Correia**, inscrito no CPF/MF n. 420.039.202-00 e o Sr. **Osvaldo Gonçalves Correia**, inscrito no CPF/MF n. 420.036.442-53, ambos residentes e domiciliados na Linha 130, km 16,5, Lado Norte, no Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, CEP 76.958-000, na qualidade de herdeiros do Sr. José Gonçalves Correia, falecido conforme certidão de óbito n. 406, folhas 006, do Livro C - 02, do Registro Civil das Pessoas Naturais da Cidade e Comarca de Nova Brasilândia D'Oeste-RO. Comunica o extravio do Título de Propriedade, sob Condição Resolutiva n. 232.2.04/2.512 emitido pelo INCRA em 26/12/1983, em nome do Sr. José Gonçalves Correia, conforme consta no Boletim de ocorrência n. 00004382/2026.

SOLICITAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

A empresa **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 05.659.781/0001-44, torna público que solicitou junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, as Licenças Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), para a atividade de Usina de Asfalto Móvel, usinado a quente, localizada no Lote 10-A D'Jaru Uaru, PFJOB, Setor Leitão, área rural, no município de Presidente Médici/RO.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária

O presidente da **COOPERMOTO - COOPERATIVA DE MOTOTAXISTA DE JI-PARANÁ LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.228.197/0001-09, com sede na rua Curitiba, 2379, bairro Nova Brasília - nesta cidade de Ji-Paraná/RO, no uso, das atribuições que lhe confere o Art. 19 do Estatuto, convoca os **196** cooperados todos aptos a votar para a Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no **dia 07 de fevereiro de 2026, às 18:00 horas**, em 1ª convocação com 2/3 dos cooperados, **19:00 horas** em 2ª convocação com 1/2 + 1 dos cooperados e **20:00 horas** em 3ª e última convocação com no mínimo 10 cooperados, a ser realizada no auditório da Câmara Municipal.

ORDEM DO DIA DA AGO

- 1- Renúncia do presidente;
- 2 - Substituição do cargo pelo Vice presidente;
- 3 - Eleição e posse de novo membro;

Ji-Paraná/RO, 22 de janeiro de 2026


Geneci Teodoro Cirilo
Vice-Presidente

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE COSTA MARQUES

Processo administrativo nº 111/2026.

Assunto: Contratação da empresa **DISTRIBUIDORA ENERGISA RONDONIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**, visando o fornecimento de Energia Elétrica, solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Costa Marques.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 19 JUSTIFICATIVA:

A contratação da empresa **DISTRIBUIDORA ENERGISA RONDONIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA**, está visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Costa Marques-RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, com o fornecimento de Energia Elétrica visando as unidades, conforme DFD, que compreenderão os meses de janeiro a dezembro de 2026.

CREDOR:
DISTRIBUIDORA ENERGISA RONDONIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA

End. Av. Imigrantes, nº 4137, Bairro: INDUSTRIAL
PORTO VELHO - RO
Cep: 76.821.063
CNPJ: 05.914.650/0001-66

OBJETO:

Despesa com fornecimento de energia elétrica.

VALOR:
O valor da contratação é de R\$ 436.002,39 (quatrocentos e trinta e seis mil, dois reais e trinta e nove centavos)

BASE LEGAL:

Lei 14.133, de 01/04/2021, art. 74, que dispõe: "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; esta licitação inviável a concorrência, pois se refere o pagamento de Fornecimento de Energia Elétrica, cuja empresa é a Única a oferecer o serviço no Estado de Rondônia.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e considerando o que consta do processo administrativo nº 111/2026, resolve **RATIFICAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.

Dê-se ciência e publique-se.

Costa Marques-RO, 26 de janeiro de 2026.

Fabimmar Agostini Bento
Prefeito Municipal

PEDIDO DE RENOVAÇÃO
DE LICENÇA DE OPERAÇÃO -LO

A empresa titulada **RECICAN RECICLAGEM DE PRODUTOS CANDEIAS EIRELI**, localizada na Rodovia Br 364 nº S/N Km 22 Zona Rural de Candéias do Jamari/RO inscrita no CNPJ nº 22.861.611/0001-67, torna público que requereu à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental- SEDAM, em 27/01/2026 a Renovação de Licença de Operação nº 154101, vinculada ao processo nº 1801/01456/2021, para a atividade Captação de água subterrânea através do poço tubular, localizado nas Coordenadas Geográficas: Latitude 10°25'55,47" Sul, Longitude 062°28'22,25" Oeste.

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA
MUNICIPAL DE OPERAÇÃO - LMO

A empresa titulada **FLAVIO MARCONDES DE CAMPOS** localizada na Rua Costa e Silva nº951, Bairro Vila Jotão, Ji-Paraná/RO inscrita no CNPJ nº 15.861.412/0001-93, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMEIA, em 21/01/2026 a Renovação de Licença Municipal de Operação nº 008/2022/SEMEIA/PM/JP, vinculada ao processo nº 1801837887, para a atividade Comercio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE COSTA MARQUES

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2025

PROCESSO Nº 520/SEMAGRI/2025

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Costa Marques/RO., por intermédio da Superintendência de Licitação – SUPEL, através de seu Pregoeiro torna público, para conhecimento dos interessados, que está **SUSPENSA** a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 23/2025**, do tipo **melhor percentual de taxa de administração**, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos, chip e/ou contactless, destinados ao pagamento do benefício do AgroFeira aos servidores, com recargas mensais, destinada à Prefeitura Municipal de Costa Marques - RO, que seria realizada no dia **27/01/2026, às 10:00horas** (horário de Brasília), pelo site www.licitanet.com.br.

Motivo: Por motivos de conveniência e oportunidade, visto impugnação ao edital recebida, após análise da mesma pelos órgãos superiores, será divulgada nova data do referido procedimento licitatório na forma da Lei.

Informações complementares estarão disponíveis aos interessados através dos emails cplcostamarques@outlook.com, supel@costamarques.ro.gov.br e na Sala da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura em dias úteis, no horário das 07:30 às 13:30. Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares poderá ser obtida nos endereços acima.

Costa Marques/RO, 26 de janeiro de 2026.

Altair Ortis

Pregoeiro

Dec. 455/GAB/2025

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTA LUZIA D'OESTE

Aviso de Licitação – PE 06/2.026.

Edital 09/2026 - Processo Nº: 0000016.10.01-2026

A Prefeitura de Santa Luzia D'Oeste-RO, torna público licitação na modalidade Pregão Eletrônico. Objeto: Aquisição, por meio de Registro de Preços, de Soluções Parenterais Intravenosas (SOROS), para hidratação, reposição hidroeletrólítica e diluição de medicamentos destinados ao atendimento dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial pertencentes ao Município de Santa Luzia d'Oeste/RO, assegurando o abastecimento regular das unidades de saúde e a disponibilidade contínua de itens indispensáveis ao funcionamento dos serviços, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e com os princípios que regem a Administração Pública. No Valor total de R\$ 1.129.254,00 (um milhão cento e vinte e nove mil duzentos e cinquenta e quatro reais). Abertura da Sessão 09/02/2026 - Horário: 09:00hrs (Horário de Brasília). O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal da Transparência desta Prefeitura (<https://transparencia.santaluzia.ro.gov.br/>), e na Plataforma LICITANET (www.licitanet.com.br). Para mais informações, as mesmas poderão ser obtidas no endereço eletrônico cpl@santaluzia.ro.gov.br e no Fone – 69 9 8485 0017. Santa Luzia D'Oeste – RO, 26 de janeiro de 2026.

EDONIAS PIRES PEREIRA

Secretário SMCL

CASTANHEIRAS
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 128
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 11/GAB/2.026 DE 19 DE JANEIRO DE 2026

"RESCISÃO DE CONTRATO DE
TRABALHO TEMPORÁRIO, TESTE
SELETIVO 001/2024/PMC."

O Prefeito de Castanheiras/RO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Castanheiras/RO.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Rescindido a pedido da servidora, o Contrato de Trabalho Temporário, firmado entre o Município de Castanheiras/RO, através da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, com a servidora **EDENILDA JANUARIO SILVA GOTARDI**, registrado sob a matrícula n. **13476**, a partir da data de 31 de Janeiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheiras/RO, 19 de Janeiro de 2026.

CICERO APARECIDO
GODOI/32546963287

Assinado de forma digital
por CICERO APARECIDO
GODOI/32546963287

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito

CASTANHEIRAS
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 128
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 12/GAB/2.026 DE 19 DE JANEIRO DE 2026

"RESCISÃO DE CONTRATO DE
TRABALHO TEMPORÁRIO, TESTE
SELETIVO 001/2024/PMC."

O Prefeito de Castanheiras/RO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Castanheiras/RO.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Rescindido a pedido da servidora, o Contrato de Trabalho Temporário, firmado entre o Município de Castanheiras/RO, através da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, com a servidora **INGRID PIRES DE SOUZA**, registrado sob a matrícula n. **14105**, a partir da data de 31 de Janeiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheiras/RO, 19 de Janeiro de 2026.

CICERO APARECIDO
GODOI/32546963287

Assinado de forma digital
por CICERO APARECIDO
GODOI/32546963287

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito

CASTANHEIRAS
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 128
CEP: 76948-000
Castanheiras - Rondônia
CNPJ 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 13/GAB/2026

"DISPÕE SOBRE A CESSÃO DA
SERVIDORA VANUSA ALVES
SERAFIM PARA A SECRETARIA DE
ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Ofício nº **209/2026/GOV-RED**, oriundo do Governo do Estado de Rondônia, que solicita a cessão da servidora;

CONSIDERANDO o interesse público e a cooperação institucional entre os entes federativos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 do **Decreto Estadual nº 29.707, de 26 de novembro de 2024**,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a **cessão da servidora VANUSA ALVES SERAFIM**, ocupante do cargo de **Professora**, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pertencente ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Castanheiras/RO, para **exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC**.

Art. 2º A cessão de que trata este Decreto terá vigência no período de **09 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogada mediante novo ato administrativo.

Art. 3º A cessão ocorrerá com **ônus para o órgão cessionário**, mediante reembolso mensal ao Município de Castanheiras, nos termos do art. 10 do Decreto Estadual nº 29.707/2024.


Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheiras/RO, 23 de janeiro de 2026.

CICERO APARECIDO
GODOI/32546963287

Assinado de forma digital
por CICERO APARECIDO
GODOI/32546963287

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito Municipal de Castanheiras/RO



PREFEITURA DE
Ji-Paraná

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE JI-PARANÁ


AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026/PMJP-RO.

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná - RO, por meio da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL, do(A) Pregoeiro(A) e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/GAB/PMJP/2025, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO**, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e manutenção de poços artesanais, incluindo o fornecimento de peças, para as Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação. **Processo Administrativo nº 1-3647/2024 – SEMED. Valor Total Estimado: R\$ 189.612,62 (cento e oitenta e nove mil e seiscentos e doze reais e sessenta e dois centavos). Data de Abertura: 23/02/2026. Horário: 09hs30min (Horário de Brasília-DF). Local: Endereço eletrônico: www.gov.br/pt-br** Outras informações: <http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/>.

Ji-Paraná/RO, 26 de janeiro de 2026.

Izabelly Paiva Porfírio
Membro da CPL

Decreto nº 2199/GAB/PMJP/2025



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE JI-PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026/PMJP-RO.

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná - RO, por meio da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL, do(A) Pregoeiro(A) e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/GAB/PMJP/2025, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, cujo objeto é a Aquisição de material permanente (CÂMARA FRIA) para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde (Gerência Geral de Assistência Farmacêutica GAF) **Processo Administrativo nº 1- 9140/2025 – SEMUSA. Valor Total Estimado: R\$ 79.548,44** *(setenta e nove mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)*. **Data de Abertura: 11/02/2026. Horário: 09hs30min** (Horário de Brasília-DF). **Local:** Endereço eletrônico: www.gov.br/pt-br/ Outras informações: <http://transparencia.ji-parana-ro.gov.br/>.

Ji-Paraná/RO, 26 de janeiro de 2026.

Izabelly Paiva Porfírio
Membro da CPL
Decreto nº 2199/GAB/PMJP/2025

The image shows a formal document from the Municipality of Ji-Paraná, Rondônia. At the top left is the logo of the city, featuring a stylized 'J' and 'P' in green and blue, with the text 'Ji-Paraná' and 'PREFEITURA DE' below it. To the right of the logo, the text 'ESTADO DE RONDÔNIA' and 'PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ' is displayed in a bold, black, sans-serif font. Below this, the title 'AVISO DE REVOGAÇÃO' is centered in a large, bold, black font. The main body of the document begins with 'DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90051/SUPECOL/PMJP/2025.' followed by a paragraph explaining the revocation. The text is in a black, sans-serif font, with key terms like 'REVOGAR' and 'DISPENSA ELETRÔNICA' in all caps. The paragraph states that the revocation is based on the public interest and the specific details of the procurement process. At the bottom, the name 'Izabelly Paiva Porfírio' is written in a bold, black font, followed by her title 'Membro da CPL' and the document number 'Decreto nº 2199/GAB/PMJP/2025'. The date 'Ji-Paraná/RO, 26 de janeiro de 2026.' is also present at the bottom right.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE JI-PARANÁ


AVISO DE REVOGAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90051/SUPECOL/PMJP/2025.

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, por meio da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL, do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/2025, no uso de suas atribuições legais e considerando as razões de interesse público, decide **REVOGAR a DISPENSA ELETRÔNICA nº 90051/2025, Processo Administrativo 1-6979/2025 - SEMUSA.** Cujo objeto é a Aquisição de insumos e equipamentos médico-hospitalares destinados à Clínica Obstétrica e à Clínica Pediátrica do Hospital Municipal Doutor Claudionor Couto Roriz, motivos de fatos e de direitos, conforme determinado pela autoridade competente. Todas e demais informações encontra-se no endereço eletrônico: www.gov.br/pt-br/ e no site <http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/>

Ji-Paraná/RO, 26 de janeiro de 2026.

Izabelly Paiva Porfírio
Membro da CPL
Decreto nº 2199/GAB/PMJP/2025



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL

DE COSTA MARQUES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

(inciso XI do art. 75 da Lei 14.133/21)

PROCESSO Nº 130/2026

ASSUNTO: Pagamento De Taxas Referente ao Consórcio Público INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde

O Agente de Contratação, designado pelo Decreto nº 454/GAB/2025 da Prefeitura Municipal de Costa Marques, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 14.133/21.

Considerando o disposto no artigo 75, Inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/21.

“XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação – ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)”

Considerando a solicitação e autorização expressa da autoridade superior no Mem. 071/SEMSAU/2026, para que seja feita a devido procedimento para atendimento do seu conteúdo.

Considerando que o serviço, objeto do processo administrativo, é de suma importância no atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o Contrato de Rateio nº 015/2026, Cláusula Segunda, anexo aos autos, **ID. 1.381.B47**, do processo eletrônico nº 130, **RESOLVE:**

DISPENSAR, nos termos do artigo 75, Inciso XI, da Lei Federal 14.133/21, licitação para o custeio de despesas com Taxas do Consórcio Público Intermunicipal, referente ao Contrato de Rateio nº 015/2026, solicitado pela secretaria Municipal de Saúde do Município de Costa Marques.

Valor: O valor total adjudicado é de **RS 20.000,00 (vinte mil reais)**, de acordo com a reserva orçamentária, conforme abaixo:

Favorecido:
CIMCERO-CONS.INTERMUNIC.CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA
CNPJ nº 02.049.227/0001-57
End: Av. Dois de Abril, nº 1701, Bairro, Urupá – Ji-Paraná - RO


Publique-se.

Costa marques – RO, 26 de janeiro de 2026.

JoséArriates Neto

Agente de Contratação

Dec. 454/GAB/2025



ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (SRP)

Nº 03/CPL/PMSFG/RO/2026

O Município de São Francisco do Guaporé - RO, por intermédio do setor de Compras e Licitações, Portaria nº 24/2026, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o Processo nº 3915/2026, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços destinados à confecção de placas veiculares no padrão MERCOSUL, para atendimento aos veículos pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, conforme demais informações contidas no documentos pertinentes ao processo, regido nos termos da Lei 14.133/2021, conforme consta no memorando de abertura, e também descrito no plano anual de contratação da secretaria em pauta, teve **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme artigo 75 § II da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, em favor da empresa **KL PLACAS LTDA - ME**, CNPJ 20.755.442/0001-55, no valor total registrado de **R\$ 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais)**.

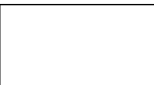
Outras informações encontram-se disponíveis no site <http://www.saofrancisco.ro.gov.br/>.

São Francisco do Guaporé/RO, 23 de janeiro de 2025.

WEBERSON FERREIRA NILLIO

Agente de Contratação

Portaria nº 24/2026



CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 19/2026/MAS


Dispõe sobre apreciação e aprovação do PLANO DE AÇÃO ESTADUAL 2026 SUAS-RO do Município De Castanheiras – RO.

Em reunião realizada no dia 20 de janeiro de 2026, a reunião ocorreu de forma virtual, o CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o parecer técnico do Conselho que aprovou por unanimidade após apreciação do PLANO DE AÇÃO ESTADUAL 2026 SUAS-RO de acordo com a resolução nº 19, de 20 de JANEIRO de 2026.

Castanheiras, 19 de janeiro de 2026.

Adélia Pires de M. Ferreira

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES

SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38 / 2025

PROCESSO Nº 1148 / SEMA / 2025

REGISTRO DE PREÇOS

Aos 26 dias do mês janeiro do ano de 2026, na sala do setor de licitações, nas dependências do prédio da Prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Senhor **Agenilto dos Santos Filho**, e a empresa **MFN Soluções Ambientais e Gestão de Resíduos Ltda - CNPJ: 05.099.538/0001-19**. Neste ato representado por seu representante legal conforme documento comprobatório, Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/2024, mediante consulta ao órgão gerenciador e do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, resolvem REGISTRAR PREÇO dos serviços a baixo.

1 – OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de destinação/disposição final de resíduos sólidos urbanos (RSU), por toneladas. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações dos serviços, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de destinação/disposição final de resíduos sólidos urbanos (RSU), por toneladas.	Tonelada	4.320	230,24	994.636,80
					Valor Total R\$ 994.636,80

3 – ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. A Suplicação Municipal de Costa Marques será o Órgão Gerenciador deste Registro de Preços para aquisição dos serviços comuns.

3.2. Cada secretaria, órgão ou entidade interessado poderá solicitar a realização de registro de preços específicos ou solicitar a inclusão de novos itens, encaminhando-lhe, observadas as normas expedidas pelos órgãos responsáveis, conforme art. 67 do Decreto Municipal nº 1171/24.

3.3. O órgão participante deste registro de preços:

a) Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

4 – DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 1171/2023, no Art. 67 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades à presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, os órgãos e entidades da Administração Pública municipal, e as secretarias municipais da prefeitura de Costa Marques que não tenham participado do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.3. consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante até pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no item 4.2.

4.7. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens materiais convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

4.9. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

4.10. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

5. DO REMANEJAMENTO

5.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

5.1.1. O remanejamento de que trata o caput somente será feito:

1 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

5.2. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/23.

5.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permaneçam vantajosos.

6.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

6.2.1. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

7. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 03 (três) dias, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

7.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

7.3. A A ata de registro para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

7.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor;

7.5. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitaram fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, segundo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

7.6. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela secretaria municipal, órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

7.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5º deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação,inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

7.10. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados a órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e Sítio Oficial do Município.

7.11. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

7.12. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.12.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.13. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.14. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.15. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata o art. 124 e a 136, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

7.16. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.17. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

8. CADASTRO DE RESERVA

8.1. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

8.1.1. o registro a que se refere o item 8.1, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de execução do contrato pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 8.1;

8.1.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 8.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e


8.1.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 8.1, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

8.2. O licitante remanescente será convocado quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital e na devida Ata de Registro de Preços, e quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.

8.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 8 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

8.3.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.3.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



EMPRESA

JORNALISTA C P DE RONDONIA

LTDA:04748656000118


Dados: 2026.01.26 17:29:25

7

Assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA C P DE RONDONIA LTDA:04748656000118

Dados: 2026.01.26 17:29:25

047007



9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.1.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuada, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

9.2.2. No caso da repactuação, poderá ser o pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

10.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

10.1.3. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

10.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

10.2.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

10.2.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

10.2.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inválidos nas condições inicialmente pactuadas;

10.2.4. seja realizado ampla pesquisa de mercado;

10.2.5. seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

10.3. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

10.4. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

10.5. Na hipótese de cancelamento do registro de preços prevista no item 10.4 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

10.6. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

10.7. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.8. Liberado o fornecedor na forma do item 10.7 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

10.9. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

10.10. Não atendendo a qualquer uma das condições do órgão gerenciador deverá proceder a revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

10.11. Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a ordem fornecimento ou nota de empenho.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

11.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

11.1.1. for liberado;

11.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

11.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desde se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

11.2. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

11.3.1. pelo decurso do prazo de vigência;

11.3.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

11.3.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

11.3.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

11.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no item 21 do edital.

12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.2. É de competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 11.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

13.1. A Gerencia do registro de Preços em comum acordo com a DETENTORA estabelecerá o mais adequado meio de comunicação do pedido, admitindo também o uso de telefone, e-mail, whatsapp desde que:

a) Seja perfeitamente identificado a requisição e o servidor da GSRP responsável;

b) O servidor competente para o pedido deverá ser prévia e formalmente designado como executor da Ata;

14. DAS CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1. Conforme descrito no Termo de Referência, anexo 01 do Edital.

14.3. Não será admitida a prestação dos serviços pela detentora do registro, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, contrato, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

15- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1- O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento dos serviços, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/comissário encarregado do recebimento.

15.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15.3. Transcorrido o prazo estabelecido para fins de pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e contrato. ANEXO AO EDITAL.

16.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.3. Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

16.4. Fica a Detentora ciente que a publicação da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

16.5. O Município utilizará, além do Portal Nacional de Contratações Públicas, o Portal da Transparência para:

16.5.1. operacionalização do procedimento do Sistema de Registro de Preços;

16.5.2. automatização dos procedimentos de controle e das atribuições da secretaria municipal, do órgão gerenciador, participantes e aderentes.

16.6. O Setor de Compras expedirá, se necessárias, e após aprovação da Procuradoria Geral do Município, instruções complementares sobre o Sistema de Registro de Preços para o cumprimento deste Regulamento.

16.7. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade deste com o vigente no mercado.

16.8. Fazem parte integrante desta Ata, parados os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO UNICO desta ata, que contém os preços registrados e respectivos detentores.

16.9. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei Federal nº 14.332/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/24, e demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

16.10. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, os anexos constantes do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025 e a proposta da Detentora.

Agente dos Santos Filho

Secretário Municipal de Administração

Decreto nº 011/GAB/2025

Elizeir de Souza Nascimento

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Decreto nº 444/GAB/2025

MFN SOLUÇÕES AMBIENTAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA

CNPJ: 05.099.538/0001-19